



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR ALCIDES CARDOSO

EMENDA SUPRESSIVA Nº 1 AO PLE Nº 38/2023

Emenda ao Projeto de Lei do Executivo nº 38/2023 - Prefeito do Recife - Promove a reabertura do "Programa de Desligamento Voluntário - PDV" instituído pela Lei Municipal nº 18.811, de 7 de julho de 2021.

Artigo único. Suprima-se o Art. 7º do Projeto de Lei Ordinária nº 38/2023, de 23 de outubro de 2023, redenominando os demais dispositivos.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, em 31 de outubro de 2023.

ALCIDES CARDOSO

Vereador - PSDB





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR ALCIDES CARDOSO

JUSTIFICATIVA

O programa de demissão voluntária (PDV) é uma estratégia de gestão de recursos humanos frequentemente adotada como uma forma de readequar seus quadros de funcionários de maneira mais flexível e eficiente.

A demissão voluntária é uma modalidade de desligamento do funcionário e consiste no oferecimento de um pacote de vantagens aos colaboradores que aceitam se demitir voluntariamente.

A licença-prêmio é o direito que o servidor público tem de se afastar do trabalho por alguns meses com remuneração após cumprir determinado período de exercício como um “prêmio” pela sua assiduidade.

A possibilidade da perda do emprego torna-se uma realidade no cotidiano do funcionário público. Seus empregos se precarizam, assim como a possibilidade de demissão, que pode se concretizar através de políticas como o PDV.

A problemática parte do pressuposto de que, com o PDV, a possibilidade da perda do emprego torna-se uma realidade para o funcionário público, trazendo, para o seu cotidiano do trabalho, o sentimento de medo – medo da perda do emprego, acompanhado da dicotomia sofrimento/prazer.

Neste contexto, o funcionário aderir ao PDV e ainda perder direitos já adquiridos, como pretende o disposto no inciso II, do art. 11, do PLE 38/2023, revogando a licença prêmio não gozada é no mínimo injusto. Inclusive este é o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça.

A conversão da licença-prêmio em pecúnia (dinheiro) é um direito que o servidor público tem de receber um valor financeiro correspondente à sua remuneração multiplicada pela quantidade de meses que poderia se afastar do serviço público ao se aposentar.

Diante destas argumentações, solicitamos aos nobres Pares a aprovação desta Emenda Supressiva.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR ALCIDES CARDOSO

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 31 de outubro de 2023.

ALCIDES CARDOSO

Vereador - PSDB

Documento assinado digitalmente com usuário e senha por Alcides Cardoso.
Proposição eletrônica M2076075645/39456. Para verificação de autenticidade utilize o QR Code exibido no rodapé.

